

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

**LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES
NA AMÉRICA LATINA**

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-
mas Latino-Americanos**

**Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015**

Remando Contra a Maré: A Iniciativa dos Cursos de Agroecologia do MST/PR
Remando contra la corriente: La iniciativa de los cursos del Agroecología del MST / PR

João Henrique Souza Pires²⁴⁷

Henrique Tahan Novaes²⁴⁸

Resumo: O presente artigo tem como objetivo sintetizar como se organiza o processo educativo na formação de “técnicos-militantes” em agroecologia realizado pelos Centros/Escolas de Agroecologia sobre a vanguarda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná. Nesse sentido, utilizando de referência bibliográfica, buscamos sintetizar, o histórico déficit educacional, como também a falta da produção de um conhecimento endógeno no ensino brasileiro. Como também fazemos alguns apontamentos que ilustra como o MST, através da matriz agroecológica e da pedagogia Sem Terra, vem suprindo essa lacuna histórica, e iniciando seus militantes em uma qualificação técnica militante, que busca dar uma base científica e tecnológica endógena para avançar a produção política, econômica e cultural nas áreas de assentamento e acampamento da reforma agrária.

Palavras chaves: Agroecologia, Centros/Escolas de Agroecologia, Técnico em Agroecologia

Resumen: Este artículo pretende resumir cómo se organiza el proceso educativo en la formación de “técnicos militantes” en agroecología realizada por los Centros/Escuelas Agroecología en la vanguardia del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en Paraná. En este sentido, el uso de referencias bibliográficas, se busca sintetizar el déficit educativo histórico, así como la falta de producción de un conocimiento endógeno en la educación brasileña. Pero también hacen algunas notas que ilustran cómo el MST por la matriz agroecológica y la pedagogía sin tierra, viene suministrando esta brecha histórica, ya partir de sus militantes en una experiencia técnica militante, para traer una base científica y tecnológica endógena para avanzar producción áreas políticas, económicas y culturales de los asentamientos y el campamento de la reforma agraria.

²⁴⁷Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências-FFC/Unesp campus de Marília – Bolsista Capes. E-mail: souzapires77@gmail.com

²⁴⁸Professor Dr. (orientador) do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências-FFC/Unesp campus de Marília. E-mail: hetanov@yahoo.com.br.

Palabras clave: Agroecología, Centros / Escuelas Agroecología y Técnico en Agroecología

Abstract: This article aims to summarize how it organizes the educational process in the formation of "technical-militants" in agroecology conducted by the Centers / Agroecology Schools on the forefront of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) in Paraná. In this sense, using bibliographic reference, we seek to synthesize the historical educational deficit, as well as the lack of production of an endogenous knowledge in Brazilian education. But also make some notes illustrating how the MST by agroecological matrix and landless pedagogy, comes supplying this historical gap, and starting its militants in a militant technical expertise, to bring an endogenous scientific and technological base to advance production political, economic and cultural areas of settlement and land reform camp.

Keywords: Agroecology, Centers / Agroecology Schools, Technician in Agroecology

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo sintetizar como se faz o processo educativo na formação de “técnicos-militantes” em agroecologia realizado pelos Centros/Escolas de Agroecologia sobre a vanguarda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná.

Constata – se que a partir do seu IV Congresso Nacional realizado no ano 2000, o MST²⁴⁹ após estudos e reflexões sobre seu processo histórico, considera que para além da conquista da terra, era necessário também romper com a estrutura fundiária de capitalização da agricultura, a qual gerou e continua gerando a exclusão e alienação do trabalhador do campo. Nessa conjuntura, o MST assumi o agronegócio como inimigo, e a necessidade de cambiar sua matriz produtiva para uma matriz mais incluem-te, sustentável e democrática, a qual está vislumbrada na agroecologia.

Nesse sentido, considerando que um câmbio dessa magnitude não se dá de forma mecânica, o MST no Paraná, vem trabalhando na formação de técnicos-militantes, para auxiliar no processo de transição do modelo de agricultura convencional, que tem como paradigma a “revolução

²⁴⁹Utilizamos a sigla MST e a palavra Movimento para nos referirmos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

verde” (agrotóxicos, transgênicos, monoculturas, grandes propriedades de terra controladas ou por latifundiários ou por corporações transnacionais) para o agroecológico (produção sem venenos, policultivos, produção associada, igualdade de gênero, sementes crioulas, sustentabilidade etc.).

Nesse sentido, para sintetizar este artigo, achamos interessante descrever mais ou menos o processo histórico que marca a educação como um todo e a falta de produção de um conhecimento endógeno particularmente na agricultura, seguimos com a apresentação conceitual da matriz produtiva da agroecologia e finalizamos com uma breve sistematização dos Centros/Escolas de Agroecologia e da formação dos cursos técnicos de Agroecologia nesses Centros.

2. Refletindo sobre a educação.

Dando um panorama superficial sobre a realidade brasileira, não é corriqueira depararmos com histórias que relatam suas contradições e desigualdades sociais. Trata-se de um país, que ainda hoje, não conseguiu erradicar o analfabetismo, ou seja, o deficit de uma educação letrada é latente²⁵⁰. Frigotto et. al. (2005) fazendo referência aos clássicos do pensamento social, político e econômico, descreve que o projeto societário da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adestra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado.

Em relação à dualidade da educação no processo societário brasileiro, podemos compreender que, além do latente deficit, mesmo quando ela, a educação foi restritamente ofertada, não foi em um projeto único voltado a todos os cidadãos, e sim “dual”, ou seja, uma educação voltada a classe burguesa, geralmente disponível no sistema privado e outro voltado a classe trabalhadora, disponível no ensino público, que age na sua função de adestramento do individuo para o mercado de trabalho, ou seja, o “cidadão produtivo”.

Nesse sentido, Frigotto (2010) descrevendo a perversidade de um capitalismo regressivo e desigual no Brasil, salienta como a educação foi desde a década de 1950 ganhando cada vez mais

²⁵⁰Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira-INEP em 2013, cerca de 8,3% mais ou menos 13 milhões de pessoas, ainda se encontra condenada ao analfabetismo.

viés econômico, fato expresso no desenvolvimento da teoria do capital humano, chegando as noções de sociedade do conhecimento e da pedagogia das competências e empregabilidade. Sobre esse cenário que abrange uma disputa pela educação como prática social mediadora do processo político, econômico e cultural, a reforma educacional ocorrida nos anos 1990 orientada pelo decreto 2.208/96 e seus desdobramentos, “buscam uma mediação da educação às novas formas do capital globalizado e de produção flexível. Trata-se de formar um trabalhador “cidadão produtivo”, adaptado, adestrado, treinado, mesmo que sob uma ótica polivalente” (FRIGOTTO, 2010, p. 73)

Nesse sentido, achamos interessante a proposição de Xavier (2008) que fazendo referência a algumas análises marxianas, discorre que mesmos essas análises tendo como base a constituição do estado capitalista de Marx e mesmo as razões e implicações da dominação imperialista de Lenin, parecem não considerar que essas formulações foram feitas em um contexto hegemônico, nessa perspectiva, não chegam a captar as particularidades do capitalismo periférico brasileiro, suas especificações políticas e culturais. Uma análise nas perspectivas das sociedades dominadas, revela uma noção particular, derivada da noção de imperialismo, que é a da dependência estrutural. “A dependência estrutural é o resultado na sociedade dominada, do imperialismo que se manifesta na sociedade dominadora” (XAVIER, 2008, p.15). Diante dessa análise supõem ser interessante e extremamente fértil uma análise a partir da adoção da dependência estrutural.

Nos moldes do capitalismo dependente, e o papel subordinado do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtora de bens industriais e consumidor dos chamados bens de capital, fruto das conjunções de injunções externas com determinações internas. “A industrialização da economia” brasileira se operava peculiarmente, na ausência de uma produção e um desenvolvimento científico e tecnológico endógenos, na ausência de mecanismos formais ou informais de capacitação de mão-de-obra para as novas atividades e na ausência de um mercado interno significativo ou suficiente para sustentar o crescimento industrial. Daí a necessidade do recurso à importação de tecnologia e, para tanto, de capitais; à importação de mão-de-obra, ao menos na fase inicial; e ao mercado externo, tendência que se cristalizará com o esgotamento do chamado “modelo de substituição de importações”. (XAVIER, 2008, p. 18-19).

“A teoria da dependência, que surgiu na América Latina na década de 1960, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região iniciado de fato em 1930-45” (DOS SANTOS, 2000, p. 25). Era um ambiente de reorientação após a crise de 1929, reorientação na direção da industrialização, caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências econômicas centrais por uma produção nacional.

Essa postura gerou um crescimento industrial, que entre 55 e 60 acirraram as contradições e não assegurou um caminho pacífico, a burguesia brasileira descobriu que o aprofundamento da industrialização exigiria a reforma agrária e outras mudanças na direção em criação de um amplo mercado interno e a geração de uma base intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo, tais mudanças implicariam o preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país, que ameaçava seu poder.

Nessa dinâmica, ocorreu o golpe de estado em 1964, que entre outras coisas, fecho as portas para o avanço nacional democrático e colocou o país no rumo do “desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e em ajuste estratégico com o sistema de poder mundial. “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” – a fórmula do general Juracy Magalhães, ministro de Relações Exteriores do regime militar, consolidava essa direção” (DOS SANTOS, 2000, p. 34).

Nessa conjuntura de ditadura militar e retrocesso democrático, ocorreram as reformas educacionais, que reflete hoje na falta de universalização da educação, e particularmente a modernização da agricultura, que se por um lado gerou um intenso deslocamento de uma massa de populações do campo, sem um nível mínimo de instrução para a cidade, por outro, gerou grupos de resistência, que não se adaptando a vida urbana, começara a retomar uma luta que ficou sufocada pelo golpe de 1964, a luta por reforma agrária, que toma corpo com o processo de reabertura política nos anos 80.

Sobre esse processo de opressão e resistência no campo, Caldart (2013, p. 9) salienta que

(...) os camponeses cada vez mais encurralados pelo capital, estão sendo dizimados, mas também emergem como sujeitos formuladores de uma outra lógica, e o fazem tanto mais quanto se formam como classe trabalhadora na luta contra o modelo de agricultura do capital que os destrói. A nova matriz de agricultura não começa a ser criada agora e essa talvez seja sua novidade principal. Ao mesmo tempo em que recupera elementos de formas não capitalistas antigas de agricultu-

ra, especialmente no que se refere ao conhecimento da natureza e o respeito ao seu metabolismo, vai gestando um novo salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas. Salto feito a partir de outros parâmetros que não a reprodução do capital e de novas conexões, por exemplo, entre a luta pela desconcentração da propriedade da terra, o trabalho associado e a matriz tecnológica da agroecologia. E aqui também a ciência está sendo convocada para se religar à produção. – Note-se que é esse o fio que nos articula, no plano da formação, ao raciocínio originário, em Marx, da concepção de educação politécnica.

Nesse sentido, considerando os camponeses ligados ao MST apartados de um conhecimento cognitivo adequado a sua cultura de vida, e negando o conhecimento exógeno e alienante da “revolução verde” pautado na transferência de conhecimento, almeja para suas comunidades uma forma de conhecimento endógeno que vem sendo representado pela agroecologia, assim, no próximo tópico apresentamos alguns conceitos da matriz produtiva agroecológica.

3. Reflexões sobre a matriz da agroecologia

Partindo da teoria crítica da ciência e tecnologia (C&T) (DAGNINO, 2010), a qual considera que a C&T são influenciadas pelo contexto político e pelo propósito produtivo a que foi construído, ressalta-se que o modelo dependente da “revolução verde”, baseado em transgênicos, agrotóxicos, grandes propriedades e máquinas pesadas, não condiz com a matriz de produção almejado pelo MST, que toma como paradigma tecnológico a agroecologia.

Enquanto matriz sócio produtivo, a agroecologia entrou definitivamente como paradigma tecnológico no MST num processo de intenso debate, que tem como marco seu IV Congresso Nacional realizado no ano 2000 e um contexto de reestruturação orgânica do Movimento. Nessa conjuntura, a agroecologia foi assumida como parte fundamental do desafio de construir um projeto popular para o campo, com perspectiva de uma nova forma de relações na sociedade, tendo como estratégia uma reforma agrária popular (TONÁ, 2011).

Sevilla Guzmán (s.d.) descreve a agroecologia como o manejo ecológico e de formas de ação social coletiva dos recursos naturais, como também, de enfrentamento à atual crise civilizatória. A agroecologia apresenta uma proposta de desenvolvimento participativo de produção e circulação de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que superem a crise ecológica e social do neoliberalismo atual. Para desenvolver tal tarefa, a agroecologia faz

uma dura crítica ao conhecimento científico determinista e neutro, e se posiciona em um viés pluri-epistemológico que prima pela biodiversidade sociocultural.

Nessa perspectiva, Caporal (2011, p. 88) define que a agroecologia busca integrar saberes históricos dos camponeses com conhecimentos de diferentes ciências, permitindo a compreensão, análise e crítica ao modelo científico e tecnológico atual, gerando a possibilidade de novas estratégias para o desenvolvimento sócio produtivo, desde uma abordagem transdisciplinar e holística.

Pautando-se no desenvolvimento agrário, Guterres (2006, p.93) argumenta que a agroecologia tem um enfoque transdisciplinar, e salienta que as dinâmicas das explorações agrárias não se explicam unicamente por condicionamentos agrônômicos, mas inclusive, por parâmetros ambientais, sociais e econômicos. Pinheiro Machado (2013) descreve pelo menos 10 dimensões para o desenvolvimento agroecológico: a) dimensão de escala; b) dimensão social; c) dimensão política; d) dimensão econômica; e) dimensão ambiental; f) dimensão energética; g) dimensão cultural; h) dimensão administrativa; i) dimensão técnica; e j) dimensão ética.

Nesse sentido, de acordo com os pesquisadores anteriormente citados, as dimensões da agroecologia não se dão de forma linear e independente, mas integrada e sistêmica, de maneira que uma influi a outra, de modo que estudá-las, entendê-las e aplicá-las supõe necessariamente uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, caracterizando-se como uma matriz científica e tecnológica complexa e abrangente.

Refletindo um pouco, podemos auspiciar a agroecologia como uma proposta de mudança de postura em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico convencional. Ela se contrapõe ao modelo da “revolução verde” e conseqüentemente ao desenvolvimento científico e tecnológico convencional. Tal como vimos acima, ao agregar as dimensões e/ou seus princípios epistemológicos, a agroecologia é colocada como alternativa de conhecimento, de soluções tecnológicas e sociais condicionada com valores humanitários.

É possível fazer um contraponto entre o modelo da “revolução verde” assumido pelo agronegócio, e o modelo agrário agroecológico assumido pelo MST. Se o agronegócio tem como base a concentração dos meios de produção, a exclusão de mão de obra e o monopólio do conhecimento científico e tecnológico, o MST com a agroecologia, propõe a democratização do conhecimento científico e tecnológico, a socialização dos meios de produção e o desenvolvimento sustentável.

Buscando problematizar um pouco em relação ao desenvolvimento C&T, recorremos a Fonseca (2009) que debatendo sobre o conceito de tecnologia social (TS), salienta que a TS ao questionar o mito da neutralidade da ciência e o determinismo tecnológico, busca desconstruir a crença na solução dos especialistas e recoloca a tecnologia como construção coletiva com e pelos atores, abrindo a possibilidade de gerar soluções sociotécnicas a partir das relações sociais vivenciadas.

Entendemos que o MST ao assumir a agroecologia como matriz produtiva, está agregando à sua estratégia de luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade fraterna, uma tática científica e tecnológica que se contrapõe a proposta do agronegócio que se fundou-se com a “modernização conservadora” e se materializa com a “revolução verde”.

Contudo, devido a hegemonia que envolve o agronegócio no cenário político e econômico nacional, esse câmbio para a agroecologia não se procede de forma mecânica ou simplesmente por uma ordem suprema. Considerando que se está tratando com pessoas, foram concebidas algumas táticas para se transitar para a matriz agroecológica, dos quais destacamos os cursos de técnico de agroecologia e os Centros/Escolas de Agroecologia que trabalhamos com mais detalhe no próximo tópico.

4. Os Centros/Escolas de Formação em Agroecologia do MST Paraná.

Para se transitar do paradigma da “revolução verde” para o agroecológico, o MST considerou a formação educacional elemento fundamental, assim, especificamente no estado do Paraná essa tática se materializou através da criação de cursos técnicos em agroecologia, da criação dos Centros/Escolas de Agroecologia²⁵¹ e da Jornada de Agroecologia²⁵².

²⁵¹“Os Centros/Escolas de formação do MST/PR são: Escola Iraci Salete Strozak (em Cantagalo), Escola Irene Alves dos Santos (em Rio Bonito do Iguazu) – ambas interligadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) – Escola José Gomes da Silva (em São Miguel do Iguazu), Escola Milton Santos (em Maringá) e Escola Latino Americana de Agroecologia (no município da Lapa)” (LIMA et. al., 2012, p. 192).

²⁵²Ceres Hadich representante da coordenação da Jornada de Agroecologia descreve que a Jornada de Agroecologia é um evento itinerante que teve início em 2002 no estado do Paraná, através de uma ampla coalizão entre Movimentos Sociais do Campo, Organizações da Agricultura Familiar e assessoria. Assim, a Jornada representa uma ação popular de caráter massivo, de denúncia e contraponto ao agronegócio, de estudo, socialização da prática e das experiências agroecológicas e camponesa. Apesar de nascer no Paraná, em seu aspecto de participação e alcance político a Jornada tem abrangência internacional. Em 2014 foi realizada a 13ª Jornada de Agroecologia na Escola Milton Santos em

No contexto da discussão de um projeto sustentável para o campo, nasceram os primeiros cursos técnicos profissionalizantes vinculados à área agrônômica e ao gerenciamento de cooperativas. Era preciso avançar na formação e educação dos assentados para impulsionar novas experiências nas áreas conquistadas pela reforma agrária, deixando para trás o uso de defensivos e adubos químicos, a devastação de florestas e a compra de alimentos na cidade (HERNANDEZ, ARAÚJO, 2010, p. 315).

Os cursos surgem com o objetivo de formar “técnicos militantes” para o desenvolvimento da agroecologia, com conhecimento teórico-prático para repensar a matriz produtiva para a agroecológica, que conhecessem o desenvolvimento do Movimento e o modelo orgânico dos assentamentos, mas principalmente, a postura e visão política filosófica da agroecologia, em termos internos esses técnicos foram chamados de “técnicos de pés no chão” (TONÁ, 2011).

Nesse sentido, Lima (2011, p.19) descreve que “os processos formativos em Agroecologia resultam da luta social e organização coletiva que objetiva a reorganização das relações sociais e econômicas nos espaços-territórios conquistados na luta pela Reforma Agrária”.

Lima et. al. (2012, p. 194) argumenta que os Centros/Escolas do Movimento “representam: a) um espaço importante, em construção, na formação de quadro militante; b) a socialização do conhecimento histórico e científico produzido pela humanidade; c) a aproximação dos trabalhadores do campo e da cidade, apoiando a construção de ações coletivas de comum interesse”. Nos Centros são realizados cursos: a) não formais oferecidos aos membros e simpatizantes do MST, esses cursos englobam temas amplos que perpassam questões relacionadas à formação da sociedade, reforma agrária, cooperativismo, agroecologia e educação pelo trabalho; e b) cursos formais que são aqueles reconhecidos e certificados pelo Estado, no qual se enquadra o técnico em agroecologia, no Paraná esses cursos são financiados pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), são certificados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Maringá e teve como lema “Cuidando da Terra, Cultivando a Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar; Terra Livre de Transgênico e Sem Agrotóxico; Por um Projeto Popular e Soberano para Agricultura”. Disponível em: <http://jornadaagroecologia.com.br/node/1>, acesso em 05 Ago 2014.

Lima et. al (2012, p. 192) afirma que entre as modalidades de técnico em agroecologia, ensino médio integrado, técnico em agroecologia/jovens e adultos, técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia, tecnólogo em agroecologia, técnico em agroecologia com ênfase em agroflorestais e com habilitação em produção de leite, mais de 300 educandos já se formaram pelos Centros do Movimento no estado do Paraná.

Os fundamentos teóricos metodológicos que norteiam os cursos são regidos pelo projeto político-pedagógico (PPP). Lima et. al. (2012) salienta que o (PPP) seguem os princípios da pedagogia socialista, da educação popular, do materialismo histórico dialético e da pedagogia do Movimento Sem Terra, tendo na sistematização o fruto de sua reflexão sobre suas práxis política e educativa.

Na Pedagogia do Movimento, começamos a refletir sobre a importância da educação politécnica (especialmente como politecnismo) como chave fundamental para o salto de qualidade que precisamos dar nas relações entre trabalho, educação e escola. E não apenas para pensar na matriz específica do trabalho (embora com uma incidência especial ali), mas para compreensão do trabalho (no sentido genérico de atividade humana criativa) como método geral de educação que permite instituir a práxis necessária à apropriação e à produção do conhecimento científico, desde a concepção marxista. E para isso o conceito de Shulgin de “trabalho socialmente necessário”, bem como a noção de “complexos” de estudo, conjugadas com nossa reflexão sobre as matrizes pedagógicas (trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história) podem ser ferramentas muito importantes (CALDART, 2013, p. 22).

Os cursos técnicos funcionam no regime de alternância, que combina a formação em dois tempos complementares “o tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC)”, que até certo ponto podem ser compreendidos como uma organicidade intencional com respeito a superar as formas de ensino que Shulgin (2013) denominou de “complexos sentados”. Os complexos sentados são a formação promovida pelas instituições de ensino baseando-se fortemente no ensino teórico e livros didáticos, faz referência a uma leitura da realidade, contudo, não se inserem numa vivência prática da realidade estudada (SHULGIN, 2013).

Nesse sentido, Guhur (2010) sobre os cursos do MST salienta que

Os cursos formais do MST são organizados no regime ou sistema de alternância, combinando períodos de atividades na escola (e também atividades de campo

promovidas pela escola), o Tempo Escola (TE), que é um tempo/espço presencial; e períodos nas comunidades de origem dos(as) educandos(as), o Tempo Comunidade (TC), que pode ser entendido como um tempo/espço semi-presencial. Importante salientar que “comunidade de origem” está aqui diretamente vinculada ao movimento social ao qual o educando pertence; é no TC que a Pedagogia do Movimento, (...), atua com mais força. Assim, “para os Sem Terra, o MST é o pedagogo do TC” (ITERRA *apud* GUHUR, 2010, p. 156).

A opção pelo regime de alternância, que combina dois momentos – que são, ao mesmo tempo, distintos e articulados entre si, denominados tempo escola (TE) e de tempo comunidade (TC), se funda na concepção de que as práticas educativas em agroecologia na formação profissional devem priorizar a construção do vínculo com as comunidades de origem dos educandos e educandas com os processos produtivos e formativos ali desenvolvidos (LIMA et. al. 2012, p. 195).

No tempo escola o processo formativo é planejado de acordo com os tempos educativos que articulados buscam amarrar a dinâmica de formação dos educandos e educandas. Os tempos educativos são: tempo mística, tempo leitura, tempo aula, tempo trabalho, jornada socialista, noite cultural, tem auto-organização, tempo reflexão escrita, tempo esporte e lazer e tempo notícia, sendo que cada um desses tempos busca contribuir com o todo do processo de formação dos educandos e educandas.

Ressaltamos que o processo de formação de cada curso e de cada turma dos Centros /Escolas, é construído constantemente durante cada processo e particularidade, o que pode levar a mudança ou extinção de um ou determinado tempo educativo, como também a criação de outros, dependendo da necessidade e do processo de construção entre os atores envolvidos.

Cabe destacar como elemento fundamental do processo formativo dos Centros, o que os membros do Movimento chamam de organicidade. A organicidade, a grosso modo composto pelo processo que tanto a Coordenação Política Pedagógica (CPP) dos cursos, as famílias que residem e contribuem nas atividades do Centro e os próprios educandos e educandas, organizam a funcionalidade e a participação dos sujeitos na condução dos processos pedagógicos, da manutenção e produção da escola.

Embasando-se nos princípios políticos e na estrutura orgânica do MST, a escola em período integral durante tempo/espço Escola, organiza as pessoas que participam do seu projeto educativo em coletivos. Trata-se de um processo articulado

com a gestão/auto-organização, em que a organicidade interna dos cursos – núcleo de base, equipes, coordenação da turma, coordenação do dia etc. – compreende simultaneamente a auto-organização dos educandos e educandas e a organicidade do MST (LIMA et. al., 2012, p. 197).

Sobre o (TC), Guhur (2010, p. 156) diz:

No TC, os(as) educandos(as) desenvolvem trabalhos dirigidos pela escola, tais como leituras, registros, pesquisas de campo, estágios, experimentações e cursos complementares. Além disso, devem participar ativamente na organicidade e nas lutas do Movimento Social de que fazem parte, e manter o enraizamento na comunidade ou coletivo de origem, participando de suas atividades (às vezes, o Movimento Social responsável pode enviar os educandos a outra comunidade em determinados TC, ou os educandos podem permanecer na escola, contribuindo para sua construção ou manutenção).

Podemos compreender que o (TC) é o tempo em que os educandos e educandas seguindo orientações da escola, dos educadores e das demandas locais, se inserem em sua localidade com a intenção de aproximar os conhecimentos adquiridos durante o (TE) fazendo o enfrentamento entre a contradição do real com o ideal, ou seja, a transição do paradigma da “revolução verde” ao agroecológico.

Firmiano (2009) fazendo referência à fala de um membro do setor de educação do Movimento, descreve na mescla do processo formativo entre o TE e TC está a importância dos espaços de formação vivenciados e sistematizados, como oportunidade da classe trabalhadora se apoderar do conhecimento que lhe foi retirado, mas, também, do conhecimento gerado no local, na ótica de quem está vivendo as contradições do capitalismo “na ponta”.

Assim, utilizando da Pedagogia do Movimento Sem Terra, da pedagogia socialista e materialismo histórico dialético, o MST através de seus Centros/Escolas e de seus cursos técnicos em agroecologia, vem almejando uma outra matriz de desenvolvimento para a agricultura, uma matriz agroecologia e assim da base científica e tecnológica para sua proposta, a qual está sendo chamada de Reforma Agrária Popular.

Referencias

BRASIL, Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisa Aponta Queda do Analfabetismo**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/pesquisa-aponta-queda-do-analfabetismo?redirect=http%3a%2f%2fportal.inep.gov.br%2f. acesso em 01 out. 2014.

CALDART, Roseli Salete. et. al. **Escola em Movimento no Instituto Josué de Castro**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Desafios do Vínculo entre Trabalho e Educação na Luta e Construção da Reforma Agrária Popular**. Texto apresentado como trabalho encomendado na 36ª Reunião Anual da Anped, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de Setembro 2013

CAPORAL, Francisco Roberto & AZEVEDO, Edisio Oliveira de. (orgs.) **Princípios e Perspectiva da Agroecologia**. Instituto Federal do Paraná, 2011.

DAGNINO, Renato. (org.) **Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

EJGS ORGANIZAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico: Escola José Gomes da Silva- E-JGS**. São Miguel do Iguaçu, 2007.

FIRMIANO, Frederico Daia. **A Formação das Novas Gerações do MST e o Curso Médio Técnico em Agroecologia, em Ribeirão Preto**. Segurança Urbana e Juventude, Araraquara, v. 2, n. 1/2, 2009.

FONSECA, Rodrigo. **Tecnologia e Democracia**. In OTTERLOO, A et. al. *Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade*. Brasília/DF, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Apresentação** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado: concepção e contradições. São Paulo, Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; **A Formação Integrada: A Escola e o Trabalho Como Lugares de Memória e de Identidade** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino Médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo, Cortez, 2. Ed. 2010.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, 2008.

GUHUR, Dominique M. P. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

GUTERRES, Ivani (orgs.) **Agroecologia Militante: Contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HERNANDEZ, Marisela Garcia; ARAÚJO, Jucemary. **Pronera, Ferramenta de Mudança Socioambiental nas Áreas de Assentamento** In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina; FREITAS, Ana Elisa (Org.). *Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná*. Curitiba: Kairos Edições, 2010.

LIMA, A. C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

LIMA, Aparecida do Carmo et al. **Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná**. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MST ORGANIZAÇÃO. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Pagina eletrônica. [São Paulo]: 15 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>>. Acesso em maio de 2013.

PINHEIRO MACHADO, Luiz Carlos; PINHEIRO MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **A Dialética da Agroecologia: Contribuição para um Mundo com Alimentos Sem Venenos**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **La Agroecología como Estrategia Metodológica de Transformación Social**. España. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, [s/d].

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao Politecnismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TONÁ, Nilciney. **Elementos de Balanço do Processo de construção da Agroecologia no MST – PR**. In QUEIROZ, J. G; TONÁ, N. Nossa História: Agroecologia e as Escolas de Formação do Paraná. Acap. Curitiba, 2011.

XAVIER, Maria Elizabete. **Para um exame das relações históricas entre capitalismo e escola no Brasil: algumas considerações teórico-metodológicas**. In: ZANARDINI, Isaura Monica Souza; ORSO, Paulino José. Estado, Educação e Sociedade Capitalista. Cascavel: Edunioeste, 2008.